



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA VARA JUDICIAL CÍVEL DO FORO REGIONAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA DO ESTADO DO PARANÁ.

PCE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI ("PCE" ou "Requerente") pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 15.780.876/0001-75, com sede na cidade de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, na Rua Marcos Nicolau Strapassoni, nº 1.749, Barracão 01, Distrito Industrial, CEP 83430-000, por meio de seus advogados que esta subscrevem vem (**docs. 01 e 02**), respeitosamente, à presença de Vossa Excelência com fulcro 97, I da Lei nº 11.101/2005 apresentar o seu pedido de **AUTOFALENCIA** nos termos a seguir aduzidos.

I. DOS FATOS: CRIAÇÃO E ATUAL SITUAÇÃO FINANCEIRA

1. A Requerente foi constituída em 1º de março de 2012 sob a denominação "**HEIL TRAILER DO BRASIL LTDA.**" na cidade de Itatiba/SP, tendo como objeto social a venda de tanques e trailers especializados para o transporte de





líquidos, cargas sólidas e equipamentos pesados, assim como venda de peças e prestação de serviços relacionados.

2. O capital inicial era de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), dividido em 300.000 (mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma distribuídas da seguinte forma (**doc. 03**):

QUOTISTA	QUOTAS	VALOR (R\$)	%
AIP/Heil Trailer International, Holdco B.V.	299.999	299.999,00	99,9
Heil Trailer International, Co.	1	1,00	0,1
TOTAL	1.000	1.000,00	100,0

3. Na 7ª alteração do seu contrato social depositado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), os sócios da Requerentes deliberam pela inclusão da prestação de atividade de comércio atacadista de reboque e semirreboques novos e usados.

4. Em 23 de dezembro de 2013, houve o ingresso da empresa argentina **DEJAN S/A** a partir da cessão total das cotas da **HEIL TRAILER INTERNACIONAL, CO** e transferência de 1.801.112 (um milhão, oitocentos e um mil cento e doze) cotas da **AIP/HEIL TRAILER INTERNATIONAL HOLDCO B.V.**

5. Na 09ª alteração do seu contrato social, em 22 de julho de 2014, houve a modificação da razão social da Requerente para "**HTI DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**" e a transferência da sua sede para a cidade de Campina Grande do Sul/PR.

6. Posteriormente, em 17 de julho de 2015, seu objeto social passou a ser: (i) prestação de atividades de comércio atacadista de reboques e semirreboques novos e usados (CNAE 45.11-1-05); (ii) venda, importação e exportação de tanques e trailers especializados para o transporte de líquidos, cargas sólidas e equipamentos pesados (CNAE 46.69-9-99); (iii) venda de peças (CNAE 45.30.-7-01); (iv)





prestação de serviços relacionados aos equipamentos e peças comercializadas (CNAE 45.20-0-01).

7. Na 11ª alteração do seu contrato social, a Requerente também passou a explorar a fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores, exceto caminhões e ônibus (CNAE 2390-1/03) e a abertura de filial na cidade de São Paulo (Avenida Roque Petroni Junior, nº 999, 13º andar, Vila Gertudes, CEP 04707-910, São Paulo/SP).

8. Em 23 de agosto de 2018, a Requerente tornou-se unipessoal após a retirada da saída da sócia **AIP/HEIL TRAILER INTERNATIONAL HOLDCO B.V.**

9. Em sua última alteração contratual, de 18 de fevereiro de 2019, a Requerente tornou-se uma empresa individual ("EIRELI"), nos termos do artigo 980-A do Código Civil, bem como sua razão social foi alterada para **PCE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI.**

10. Todas as alterações do contrato social da Requerente encontram acostados a esta petição inicial (**doc. 03**).

11. A Requerente foi criada a partir da união da holandesa **AIP/HEIL TRAILER INTERNATIONAL HOLDCO B.V.** com a americana **HEIL TRAILER INTERNACIONAL, CO** para a exploração no Brasil do mercado de fabricação e venda de reboques em liga de alumínio, junto com equipamentos em aço inoxidável e carbono e conjuntos para proporcionar serviços na indústria tanto do petróleo, nas operações *downstream* e *upstream*, quanto no minério, agricultura, o suprimento aeronáutico etc.

12. A escolha do Brasil se deu pelo fato da proximidade da planta argentina da **HEIL TRAILER INTERNACIONAL, CO** localizada na cidade de Cañuelas, 60 Km de Buenos Aires.

13. Entretanto, desde o início de suas atividades, a Requerente não tinha condições de arcar com as despesas, de modo que, com frequência as sócias estrangeiras precisavam subsidiar as operações no Brasil. Com efeito, toda a





operação de serviços, vendas de peças e equipamentos, importação e exportação não possuem o condão de cobrir todas as despesas da Requerente.

14. Qualquer negociação realizada, principalmente nas vendas de implementos e importações destes implementos, não se paga, pois o equipamento já chega ao Brasil para revenda ao cliente final com prejuízo.

15. Ademais, juntamente com a crise financeira que assola o país desde 2014, somados as constantes flutuações do dólar, o elevado custo dos materiais e a alta tributação inerentes às atividades fazem com que a sócia estrangeira volte a sua atenção e investimentos para mercados internacionais mais competitivos e com baixo custo de investimento.

16. Por outro lado, a pandemia de COVID-19, que assola o país há 01 (um) ano, agravou ainda mais a situação da Requerente que, até o momento possui passivo de aproximadamente R\$ 6.235.689,24 (seis milhões, duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos), sendo que os seus ativos não possuem o condão de arcar com as dívidas atuais.

17. Atualmente, a empresa se encontra inadimplente com um passivo muito superior aos seus ativos, o que lhe impede saldar os seus débitos, para não mais onerar a massa, a Requerente, no intuito de preservar o direito de todos os credores e, levados pelo mais alto sentimento de justiça, chegou à conclusão de que o único caminho que resta é a própria falência, quando serão arrecadados os bens, e, no caso de realização do ativo, pagos todos os credores, proporcionalmente ao valor de seus créditos, evitando assim que alguns recebam em execuções paralelas, em detrimento de outros.

18. A intervenção estatal no âmbito empresarial somente se justifica se for para criar condições favoráveis à recuperação (superação de crises) de atividades empresariais viáveis com vistas à manutenção da atividade produtiva e em função dos reflexos sociais positivos decorrentes do exercício desse tipo de atividade, como, por exemplo, a geração de empregos, de receitas, recolhimento de tributos, circulação de bens ou serviços.





19. Empresas que entram em crise por serem inviáveis devem mesmo falir, abrindo espaço para que outras empresas saudáveis ocupem com mais competência e competitividade essa porção do mercado.

20. Nesses casos, o Estado não deve atuar para forçar a manutenção em funcionamento de empresas que não fazem, nem farão gerar benefícios sociais reflexos do exercício de sua atividade. Entretanto, empresas em crise, mas que apresentam viabilidade econômica devem ser ajudadas pelas ferramentas criadas pelo legislador.

21. Diante da dificuldade de superação da situação de crise com utilização das soluções de mercado, o Estado deve atuar para criar condições favoráveis à recuperação da empresa, sempre em função dos benefícios sociais que decorem do exercício da empresa.

22. É nesse contexto que surge o procedimento de Recuperação Judicial como instrumento legal para fins de utilização por parte das empresas que passam por momentânea crise econômico-financeira.

23. Através desse expediente cria-se um ambiente favorável à negociação entre credores e empresa devedora, a fim de que se possa encontrar uma solução que seja adequada aos interesses particulares envolvidos no processo, mas também, e principalmente, ao interesse social de preservação da empresa e, por consequência, de manutenção de empregos, receitas, serviços e produtos socialmente relevantes.

24. Contudo, a crise da atividade empresarial é um fato que pode ocorrer por diversos fatores econômicos, comerciais, pessoais ou de gestão.

25. O cenário de crise, conforme registrado pelo MM Juízo da 01ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, Dr. Daniel Carnio Costa, provoca "(...) *três situações distintas: a empresa viável que consegue superar a situação de crise por suas próprias forças; a*





*empresa inviável que vai à falência; e a empresa viável que não consegue superar a situação de crise.*¹

26. Em relação as empresas inviáveis, o digno magistrado afirma que: *"(...) se a atividade empresarial é inviável e o motivo da crise da empresa vem a ser justamente a inadequação dos produtos ou serviços produzidos ou oferecidos pela empresa, a solução mais adequada para esse tipo de situação vem a ser o desaparecimento dessa empresa. É importante destacar que as empresas que não produzem produtos aceitos ou úteis para o mercado ou que prestam serviços que não tenham aceitação social ou econômica devem mesmo ser retiradas do cenário empresarial, a fim de que outra empresa ocupe o seu lugar para desenvolver atividade empresarial que seja aceita no mercado e útil social e economicamente. Verifica-se, então, que a falência (encerramento da atividade em crise, com realização do ativo para pagamento do passivo) da empresa inviável é a solução mais adequada do ponto de vista econômico e social."*

27. Conforme ensina Fábio Ulhôa Coelho, *"algumas empresas, porque são tecnologicamente atrasadas, descapitalizadas ou possuem organização administrativa precária devem mesmo ser encerradas. Para o bem da economia como um todo, os recursos materiais financeiros e humanos empregados nessa atividade devem ser realocados para que tenham otimizada a capacidade de produzir riqueza. Assim, a recuperação da empresa não deve ser vista como um valor a ser buscado a qualquer custo. Pelo contrário, as más empresas devem falir para que as boas não se prejudiquem"* (Curso de Direito Comercial vol. 03: Direito da Empresa; 12ª edição; São Paulo; Saraiva. 2011; pág. 251/252).

28. E, salvo melhor juízo e infelizmente o atual cenário da Requerente não lhe permite uma alternativa, senão a sua autofalência.

29. Inviável o soerguimento econômico-financeiro da Requerente e, portanto, sem conseguir cumprir a sua função social como empresa, focada na geração de riquezas, empregos e de valor para seus credores, sócios e todos os demais

¹ Sentença proferida nos autos do processo nº 0026883-58.2012.8.26.0100, em 23/04/2014 em tramite perante a 01ª Vara de Falências e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.





stakeholders, retilíneo concluir a inviabilidade de eventual pedido de recuperação judicial, fato que nos lança de modo inevitável à autofalência.

30. Sendo assim, depois de esgotados todos os estudos e estratégias para tentar a manutenção da atividade empresarial, como forma de tutelar o interesse próprio e dos credores que têm relações com a sociedade, com o desejo é que todos os credores recebam o rateio na mesma proporção, e desse modo, o meio de evitar maiores danos para si e para seus credores quirografários e privilegiados, é a declaração de sua falência facultada por lei.

II. DO DIREITO

a) Da competência: principal estabelecimento da PCE

31. A Requerente tem sua sede localizada na cidade de Campina Grande do Sul/PR. Além disso, mesmo possuindo uma única filial na cidade de São Paulo/SP, o seu principal estabelecimento, composto da sua sede e corpo administrativo encontra-se nesta Comarca, o que justifica o ajuizamento do pedido de autofalência perante este MM juízo.

32. Com isso em mente, note-se que o artigo 3º da Lei nº 11.101/2005 determina expressamente que o juízo competente para decretar a falência é aquele do local onde se encontra o seu principal estabelecimento.

33. No caso dos autos, a sua sede com todo o corpo administrativo situa-se no seu estabelecimento comercial na Comarca de Campina Grande do Sul, onde são tomadas as decisões e de onde são emitidas todas as suas diretrizes operacionais de suas atividades, razão pela qual, não restam dúvidas que este é o seu principal estabelecimento.

34. Diante disso, e considerando a disposição do referido artigo 3º da Lei nº 11.101/2005, a competência para processar e julgar o presente pedido de autofalência é da Vara Cível do Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba do Estado de Paraná.



b) Do pedido de falência pelo devedor

35. A Lei nº 11.101/2005 impõe ao próprio empresário o dever de requerer a sua autofalência, quando não atender as condições legais para obter a recuperação judicial.

36. De acordo com o artigo 97, I da Lei nº 11.101/2005, o próprio devedor poderá requerer a sua falência na forma prevista nos artigos 105 a 107:

"Art. 97. Podem requerer a falência do devedor:

I – o próprio devedor, na forma do disposto nos arts. 105 a 107 desta Lei;"

37. Destaca-se que o próprio devedor em crise econômico-financeira pode requerer sua falência, desde que não atenda aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial e exponha as razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial, bem como apresente os documentos relacionados nos incisos do art. 105.

38. No caso em tela, conforme se verifica, a Requerente encontra-se em uma grave (e insanável) crise econômico-financeira e não têm mais possibilidade de dar prosseguimento à sua atividade empresarial. E, por não reunir as condições necessárias para pleitear a sua recuperação judicial, não há alternativa senão o requerimento de sua própria falência, para a liquidação das empresas do grupo.

39. Vale dizer que, conquanto tenham sido adotadas todas as medidas na tentativa de evitar ou até mesmo de minorar a crise que as abalou, os esforços dispendidos pela Requerente não foram suficientes e, atualmente, essa não tem condições de continuar seu negócio, tampouco há qualquer margem para promover sua recuperação.

40. Nesse contexto e em respeito aos princípios basilares do direito falimentar e à boa-fé na condução dos negócios, a fim de não procrastinar sua inevitável falência e, conseqüentemente, prejudicar ainda mais todos os envolvidos no





exercício de suas atividades empresariais, sobretudo os credores, a Requerente houve por bem apresentar o presente pedido falimentar.

41. Com efeito, a sociedade empresarial que não mais atende à sua finalidade social – ou seja, que não consegue mais remunerar os seus empregados nem pagar os seus fornecedores e prestadores de serviços, que não produz com capacidade de geração de lucro e que não possui, enfim, horizonte para a superação da crise econômico-financeira – deve ser retirada do mercado, abrindo caminho para que outras empresas possam substituí-la.

42. A jurisprudência vem afirmar o direito da Requerente.

Vejamos:

"APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE AUTOFALÊNCIA COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 105 DA LEI Nº 11.101/2005. EMPRESA INATIVA. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 96, INCISO VIII, DA REFERIDA LEGISLAÇÃO. DESCABIMENTO. Pedido de falência formulado pelo próprio devedor, nos termos do artigo 105 da Lei nº 11.101/05 e não pelo credor, o que afasta a regra do artigo 96, inciso VIII, da referida Lei. Não se trata de extinção da ação, cabendo o prosseguimento com a análise do mérito pelo juízo de primeiro grau. APELO PROVIDO PARA DESCONSTITUIR A SENTENÇA. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70048360010, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Giovanni Conti, Julgado em 20/03/2014) (TJ-RS - AC: 70048360010 RS, Relator: Giovanni Conti, Data de Julgamento: 20/03/2014, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 03/04/2014)"

43. Portanto, considerando que a Requerente não possui condições de superar a crise econômico-financeira e que se encontra, atualmente, em verdadeiro estado falimentar, conforme se depreende da análise dos documentos que instruem a presente petição inicial, é de rigor a apresentação deste pedido de autofalência como a imediata decretação de sua quebra.

c) Dos documentos obrigatórios do artigo 105 da Lei nº 11.101/2005

44. De acordo com o artigo 105 da Lei nº 11.101/2005, além da exposição das razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial, o pedido de autofalência deverá ser instruído com os seguintes documentos:





Exigência legal	Comprovante
As demonstrações contábeis referentes aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de: a) balanço patrimonial; b) demonstração de resultados acumulados; c) demonstração do resultado desde o último exercício social; d) relatório do fluxo de caixa.	doc. 04 - demonstrações contábeis de 2017 doc. 05 - demonstrações contábeis de 2018 doc. 06 - demonstrações contábeis de 2019 doc. 07 - demonstrações contábeis de 2020
A relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos.	doc. 08
A relação dos bens e direitos que compõem o ativo, com a respectiva estimativa de valor e documentos comprobatórios de propriedade.	doc. 09
A prova da condição de empresário, contrato social ou estatuto em vigor ou, se não houver, a indicação de todos os sócios, seus endereços e a relação de seus bens pessoais;	doc. 03
Os livros obrigatórios e documentos contábeis que lhe forem exigidos por lei	doc. 10
Relação de seus administradores nos últimos 5 (cinco) anos, com os respectivos endereços, suas funções e participação societária.	doc. 11

45. Em complemento a documentação *supra*, a Requerente apresenta: (i) certidões negativas expedidas pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) (**doc. 12**); (ii) certidão trabalhista negativa expedida pela Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9) (**doc. 13**); certidão trabalhista negativa expedida pela Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2) (**doc. 14**); certidão trabalhista negativa expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) (**doc. 15**) e





certidão positiva com efeitos negativos expedida pela Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul (**doc. 16**).

46. Assim, a evidência da apresentação dos documentos legais obrigatórios, bem como pela indicação das razões que convergem para impossibilidade do prosseguimento da atividade empresarial da Requerente, é de rigor e de direito a decretação da sua falência com fundamento nos artigos 97, I; 99; 105 e 107 todos da Lei nº 11.101/2005.

III. DOS PEDIDOS

47. Diante de todo o exposto, a Requerente pugna pela decretação da sua falência, com fulcro nos artigos 97, I; 99; 105 e 107 todos da Lei nº 11.101/2005, tendo em vista (i) o seu estado falimentar; (ii) ausência dos requisitos para pleitear recuperação judicial; e (iii) a impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial.

48. Outrossim, em atenção aos termos do artigo 99 da Lei nº 11.101/2005 requer:

- (i) Fixação do termo legal em 90 (noventa) dias anteriores ao presente pedido de autofalência;
- (ii) A indicação o prazo para as habilitações de crédito, observado o disposto no § 1º do artigo 7º da Lei nº 11.101/2005;
- (iii) A suspensão de todas as ações ou execuções contra o falido, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do artigo 6º da Lei nº 11.101/2005;
- (iv) A expedição de ofício judicial à Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCPR) e a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil que procedam à anotação da falência nos registros da Requerente, para que dele constem a expressão "falida", a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o art. 102 da Lei nº 11.101/2005;





- (v) A nomeação do Administrador Judicial;
- (vi) A expedição de ofícios aos órgãos e repartições públicas e outras entidades para que informem a existência de bens e direitos do falido;
- (vii) A intimação eletrônica do Ministério Público e das Fazendas Públicas Federal e de os Estados de São Paulo e Paraná, assim como as Fazendas Públicas dos Municípios de São Paulo e de Campina Grande do Sul para que tomem conhecimento da falência;
- (viii) A publicação do edital previsto no artigo 99, § 1º da Lei nº 11.101/2005.

49. Em atenção ao artigo 77, V, do CPC, requer que todas as publicações e intimações do presente caso, sejam realizadas, **exclusivamente** em nome do **Dr. Luiz Antonio Varela Donelli, OAB/SP 248.542 com endereço profissional na Avenida 9 de Julho, nº 5017, 3º andar, Jardim Paulista, CEP 01407-200, São Paulo/SP, sob pena de nulidade.**

50. Termos em que, D. R. A. esta com os documentos inclusos e atribuindo a causa o valor de R\$ 6.235.689,24 (seis milhões, duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos), pede e espera deferimento.

Termos em que,
pede deferimento.

São Paulo, 26 de abril de 2021.

Luiz Antonio Varela Donelli
OAB/SP 248.542

Renato Leopoldo e Silva
OAB/SP nº 292.650

Raphael Valentim
OAB/SP 432.463

